

## **“O FANTASMA DA REFORMA AGRÁRIA”: MEDO, TERROR E FABRICAÇÃO DE INIMIGOS NA REAÇÃO ANTIRREFORMISTA DOS LATIFUNDIÁRIOS DURANTE A NOVA REPÚBLICA**

### **“THE PHANTOM OF AGRARIAN REFORM”: FEAR, TERROR AND FABRICATION OF ENEMIES IN THE ANTI-REFORMIST REACTION OF LANDOWNERS DURING THE NEW REPUBLIC**

Alberto Rafael Ribeiro Mendes<sup>1</sup>

**RESUMO:** Em 1985, o governo de José Sarney apresentou aos trabalhadores rurais, reunidos no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em Brasília, a proposta para a elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA. O plano desencadeou uma intensa reação antirreformista dos setores latifundiários, aterrorizados pela possibilidade de modificação da estrutura fundiária no país, contrários à reforma, que consideravam esquerdizante, confiscatória e punitiva. O medo e o terror foram instrumentos eficazes na tarefa para tentar interferir na orientação reformista do governo, atingindo os trabalhadores na forma de ameaças, perseguições, destruição de casas, assassinatos. O artigo trata do uso do medo e do terror, bem como da fabricação de inimigos, como estratégias de uma classe latifundiária para tentar manter seus privilégios.

**PALAVRAS-CHAVE:** medo, terror, reforma agrária, nova república

**ABSTRACT:** In 1985, the government of José Sarney presented to rural workers, gathered at the IV National Congress of Rural Workers, in Brasília, the proposal for the elaboration of the National Plan for Agrarian Reform - PNRA. The plan triggered an intense anti-reformist reaction from the landowning sectors, terrified by the possibility of modifying the land structure in the country, contrary to the reform, which they considered leftist,

---

\* As reflexões presentes neste artigo são parte da Tese em andamento no Programa de Pós-Graduação em História da UFC, intitulada provisoriamente de “O rosário macabro das vítimas da luta pela terra”: combates para poder dizer a violência no campo brasileiro na década de 1980, sob orientação da professora Dra. Kênia Sousa Rios.

<sup>1</sup> Doutorando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará – UFC e professor da rede estadual de ensino, SEDUC- CE. E-mail: albert@alu.ufc.br.

confiscatory and punitive. Fear and terror were effective tools in the task of trying to interfere with the government's reformist orientation, affecting workers in the form of threats, persecutions, destruction of houses, murders. The article deals with the use of fear and terror, as well as the manufacture of enemies, as strategies of a landowning class to try to keep their privileges.

**KEYWORDS:** fear, terror, agrarian reform, new republic.

*Para fabricar armas, é preciso fabricar inimigos. Para produzir inimigos, é imperioso sustentar fantasmas.*

Mia Couto<sup>2</sup>.

### Introdução

Carregava um revólver calibre 38 na bainha, e na mão, com a imponência dos atiradores de profissão, um rifle. De cigarro na boca, óculos escuro e chapéu bem posicionado, parecia tinha se preparado para sair na revista. E saiu. Chamava-se Trajano Bueno Bicalho, 58 anos, tenente aposentado da polícia de Goiás. Apresentado assim em pose fotográfica, Bicalho vigiava a fazenda de seu cunhado. Andavam assustados com os “invasores” de terra, temiam uma reforma agrária, por isso precisavam proteger seu patrimônio. E Bicalho orgulhava-se em dizer: “Invasor que pisar aqui leva é chumbo. Vem que tem”. (VEJA, nº 876, 1985, p. 22).

Saiu não em uma, mas duas revistas, e na capa<sup>3</sup>. Isso porque não só a imagem, mas também a mensagem de Bicalho traduzia a nova forma de organização dos latifundiários contra a movimentação dos trabalhadores rurais e contra a orientação reformista do governo. Bicalho e seus congêneres, agora tornado notícias, traduziam o novo “espetáculo” (DEBORD, 1997) midiático brasileiro, expressavam a existência de uma “guerra no campo”, embora somente os latifundiários pudessem expor abertamente suas armas e seu desejo pela morte.

A principal arma nesse “campo de guerra” foi a ameaça, a propagação do terror e a disseminação do medo nas áreas rurais. Os proprietários e

---

<sup>2</sup> COUTO, MIA. *Murar o medo*. Texto apresentado na segunda edição das Conferências do Estoril, em Portugal, em 2011.

<sup>3</sup> A fotografia de Trajano Bicalho foi capa da revista Veja, de 19 de junho de 1985 e do Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, nº 45, julho de 1985.

empresários rurais<sup>4</sup> fizeram largo uso da mídia, sobretudo do jornal impresso, para defender abertamente o uso da força armada, do derramamento de sangue, da destruição e da morte daqueles que consideravam violadores do “sagrado” direito de propriedade: os “invasores sem-terra”.

O termo “produtores e empresários rurais” é a nova forma de caracterização das classes dominantes no campo cunhada por elas mesmas, uma autorrepresentação que, conforme Regina Bruno (1997), expressa uma nova ofensiva política e ideológica, “novas formas de dominação e exploração econômica” (BRUNO, 1997, p. 5). Embutido nesse novo qualificativo estão as noções racionalidade, competência, criatividade, competitividade, aptidão, modernidade e tecnologização da produção. É a elaboração de uma autoimagem que pretende mostrar-se moderna e competitiva, afinada com os padrões de produção agroindustriais.

Uma representação forjada que não resiste ao confronto com a realidade de uma elite agrária que continuou adotando os velhos padrões de atuação política e econômica firmada na defesa absoluta da propriedade privada da terra, refratária à distribuição fundiária, inimiga da ideia de uma reforma agrária abrangente e dos seus porta-vozes. Produtores e empresários rurais “modernos” que recorreram, sempre que seus interesses de classe se mostraram ameaçados, ao uso da violência como forma tradicional de resolução de conflitos no campo (BRUNO, 2003, p. 307).

Assim, multiplicar-se-iam os ditos macabros nos canais de comunicação do país, falas em nome da morte, como a de Kit Abdala, latifundiário e membro da Sociedade Rural do Sudoeste do Paraná – SORSUPAR:

Todos os nossos proprietários vão ser armados, nós vamos montar uma guarda armada em toda a propriedade e se as

---

<sup>4</sup> Conforme Sônia Regina de Mendonça, entre 1960 e 1970, momento do processo de “modernização da agricultura”, os produtores rurais reivindicam o título de uma categoria social, o “empresário rural”, novo sujeito que se diferencia do latifundiário, dotado de atributos tais como a racionalidade, a criatividade e espírito de iniciativa, capaz, por tudo isso, de fazer frente aos negócios e às necessidades da modernização da agricultura e ao desenvolvimento da nação” (MENDONÇA, 2006, p. 52-53).

autoridades constituídas não tomarem pé no assunto, desgraçadamente vai correr sangue neste Sudoeste do Paraná<sup>5</sup>.

O que poderia, à primeira vista, ser considerado uma idiossincrasia dos latifundiários reunidos em torno da SORSUPAR, era, em verdade, uma manifestação presente em todo o território nacional e refletia parte das reações do patronato rural contra a orientação reformista do governo e, sobretudo, contra a movimentação dos trabalhadores rurais, especialmente as ocupações.

### Um plano para o caos

Um dos pretextos para o golpe militar de 64, a Reforma Agrária caiu no esquecimento após esta data. Discuti-la era proibido. Mas agora, com o anúncio do Plano do Governo, o assunto voltou ao debate. (Jornal dos Trabalhadores Sem Terra, jun. 1985, p. 11).

O “futuro passado”<sup>6</sup> desse retorno não se mostraria assim tão alvissareiro, tampouco se mostraria tão diverso e distante do tratamento que o regime autoritário, instalado em 1964, lhe reservara. Ao contrário, os desdobramentos do debate sobre a reforma agrária no alvorecer da Nova República foram marcados por personagens, tomadas de decisões, posicionamentos públicos e uma série de recuos que, assim como nos anos anteriores ao golpe, corroboravam o entendimento de que se tratava de um tema explosivo.

Aliás, foi como uma bomba que os representantes dos setores latifundiários, notadamente os mais refratários a qualquer tipo de mudança no regime de propriedade da terra, receberam o anúncio da proposta do governo de José Sarney para a elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA. Certamente a forma escolhida pelo governo para apresentar seus interesses

---

<sup>5</sup> Relatório sobre o movimento dos agricultores sem terra elaborado pelo Comando do Policiamento do Interior da Polícia Militar do Paraná. Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal. Informe nº 549, 14 de maio de 1985.

<sup>6</sup> O futuro concebido pelas gerações passadas, para nós já decorrido. (KOSELLECK, 2006, p. 16).

reformistas contribuiu sobremaneira para a elevação da temperatura em torno da questão. É que o anúncio foi feito no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em 27 de maio de 1985, no qual estiveram presentes tanto o presidente, quanto o Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro.

O PNRA do governo Sarney trazia em suas propostas àquela que certamente era o maior motivo da gritaria dos latifundiários: a desapropriação por interesse social. Ao contrário dos planos de reforma agrária anteriores<sup>7</sup>, o PNRA atendia a um dispositivo presente na Constituição, que autoriza o Estado a desapropriar as terras que não estão cumprindo sua função social, além de realizar o pagamento do valor das indenizações em títulos da dívida agrária – TDA.

O Plano, ao definir como objetivos “mudar a estrutura fundiária do país, distribuindo e redistribuindo a terra, eliminando progressivamente o latifúndio e o minifúndio”, ao apontar a desapropriação por interesse social como instrumento principal, e não como medida complementar da reforma agrária, ao estabelecer como metas o assentamento de 7,1 milhões de trabalhadores rurais, entre 1985 e o ano 2000, além de incorporar a participação dos trabalhadores rurais em todas as fases de discussão e execução do plano, assustou os latifundiários, os empresários rurais.

O espanto dos latifundiários diante da eleição dos trabalhadores como os primeiros interlocutores do governo é um fator que não pode ser negligenciado, sobretudo porque, aos olhos da elite agrária brasileira, o gesto indicava que as coisas estavam fora de “ordem”; a surpresa reside sempre no entendimento de que o esperado não se realizou. (KOSELLECK, 2014, p. 23).

Um entendimento também partilhado pela chamada grande imprensa, que tratou rapidamente de ressaltar o “desastre na divulgação da reforma

---

<sup>7</sup> Antes de 1985, houve outros planos denominados de PNRA: Em 1966, no governo de Castello Branco, foi elaborado o 1º PNRA, que dedicou-se à realização do Cadastro das terras, em detrimento da reforma agrária, rejeitada sob o argumento de que primeiro era preciso se ter um diagnóstico da situação fundiária no país. Em 1968, cria-se o 2º PNRA, que concentrou-se no trabalho de tributação e colonização e também não realizou a reforma agrária. Sobre o PNRA da Nova República, ver: SILVA, José Graziano da. *Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985 A.

agrária”, apontando os “erros” do governo, e as “distorções de linguagem” em torno do tema e, sobretudo, reverberando a mensagem apaziguadora do presidente de que “as terras produtivas não serão desapropriadas e o direito de propriedade será respeitado” (Correio Braziliense, 13 jun. 1985, p. 3). Outros veículos deram ênfase a “semeadura de armas”, para corroborar a ideia fortemente disseminada entre os latifundiários de que a proposta governista estimulava conflitos, além de ser extremamente perigosa à sustentabilidade política da “Nova República”. “A proposta de dividir terras”, destacou a revista *Veja*, de 19 de junho de 1985, “atingiu um vespeiro que há vinte anos não estava tão agitado. Mexeu-se num dos mais agressivos problemas nacionais: a terra”. (VEJA, nº 876, 1985, p. 21).

Ora, o sossego das vespas foi marcado por um intenso processo de desmobilização das lutas sociais no campo nas vésperas do golpe, pelo avanço do capital nas áreas rurais, desterritorializando camponeses e povos originários. A temporalidade do “sossego” é também o tempo da militarização da questão agrária e do controle dos conflitos de terra pela força e pela coação moral, além da identificação e eliminação das lideranças, “tidas como intervenções alienígenas na sociedade brasileira” (MARTINS, 1994, p. 81).

Mas as referências aos desdobramentos políticos que antecederam o golpe de 64 e a memória do peso da reforma agrária como fator decisivo na queda do então presidente, João Goulart, tornaram-se mais e mais frequentes, na mídia, dentro do governo, entre os setores latifundiários e também entre os trabalhadores rurais e os grupos de mediação da luta pela terra. O passado se reatualizava e o espectro da ditadura continuaria a orientar os destinos da questão agrária na Nova República”. Ameaçava o governo de Sarney, a quem foi dirigido um categórico “vá mais devagar” (Correio Braziliense, 13 jun. 1985, p. 3), advertindo-o do poder “explosivo” do tema da reforma agrária no passado e dos tortuosos caminhos que se seguiram até a derrubada de Goulart. Se manifestaria mais radicalmente na voz dos latifundiários, que se movimentavam “adquirindo armas – e lubrificando outras, obsoletas, adquiridas em 64, mas que ainda funcionam” (Jornal do Brasil, 1 jun. 1985, p. 5).

De fato, não havia obsolescência das armas de 64, elas continuariam a exercer fortemente o poder de frear as lutas sociais, obstaculizar as medidas governistas para a democratização do acesso à terra, ditar as regras do jogo político, manter sob controle as lideranças dos trabalhadores rurais e a submeter as populações rurais a uma crescente escalada da violência. Persistiria o padrão repressivo da ditadura militar para as lutas no campo, mormente pelo seu braço armado privado, a violência dos grandes proprietários de terra. A repressão militar abriu as portas para essa ação violenta particular, diz-nos José de Souza Martins (1994), dando-lhe extremo poder e independência para subjugar os trabalhadores e as suas lutas.

Claramente, a ação repressiva longe de favorecer o monopólio da violência por parte das instituições militares, implicou, ao contrário, um amplo favorecimento da violência paramilitar e privada dos grandes proprietários de terra. Nunca na história do Brasil o latifúndio foi tão poderoso no uso da violência privada e nunca as forças armadas foram tão frágeis em relação a ele quanto durante o regime militar. (MARTINS, 1994, p. 83).

Disso, o saberiam o governo de José Sarney, a opinião pública brasileira, os trabalhadores e seus aliados na luta pela reforma agrária. Para estes últimos, a força do latifúndio, com suas milícias privadas, seus jagunços, seus pistoleiros, se revelaria de forma traumática, pela elevação de todas as formas de violência no campo, um processo de eliminação dos sujeitos envolvidos com a luta pela terra, ou, poderíamos dizer, um extermínio à brasileira, dirigido contra os pobres, os sem terras, os trabalhadores, os que se colocam frente ao poder do atraso neste país de *história lenta* (MARTINS, 1994).

A intensificação da reação antirreformista elevou assustadoramente os índices de todas as formas de violência no campo e, embora o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário – MIRAD, tivesse dificuldade em admitir que isso fosse consequência direta da publicação do PNRA, apesar da grita dos latifundiários, não conseguiu esconder o fato de que as propostas de

reforma agrária ali apresentadas acabaram por mobilizar os proprietários em torno de tensões já existentes, explicitando:

certos confrontos de interesses e determinadas forças políticas que se movimentam em torno de algumas grandes situações de litígio, que tem mantido e propiciado, nas últimas décadas, um clima permanente de tensão social no campo (MIRAD, 1986, p. 45).

Ora, essa tensão resultou em um total de 320 mortos no ano de 1985, dos quais 258 foram assassinatos, somados a 59 acidentes de trabalho e 03 casos de suicídio. Os dados faziam parte do levantamento de conflitos de terra do MIRAD, seu próprio instrumento de controle dos dados, sua própria versão na contabilidade dos mortos no campo, mensuração da violência que é resposta aos protestos dos grupos socialmente engajados na luta pela terra, como a CPT e o MST, mas também disputa que pretendia instituir a autoridade do Estado em torno da questão dos conflitos e da violência no campo<sup>8</sup>.

Num desses episódios macabros, Gonçalo Ferreira Campos Souza, delegado sindical do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lago da Pedra – MA, foi atingido por quatro dos cinco tiros disparados por Almir Maia da Costa, rico fazendeiro e granjeiro da região. Gonçalo levava consigo a contribuição sindical dos seus companheiros e um abaixo-assinado em favor da reforma agrária (Revista Grito do Nordeste, jul./ago. 1985, p. 9). O assassinato de Gonçalo foi em 11 de agosto de 1985, pouco mais de um mês após os apelos das lideranças religiosas da Diocese de Bacabal, ao ministro do Serviço Nacional de Informações – SNI, o general Ivan de Souza Mendes, a quem solicitavam urgentes providências para o “clima de tensão e intensa agitação social desencadeado pelos latifundiários, ‘grileiros e fazendeiros’ da região, organizados “ostensivamente contra o Plano Nacional de Reforma Agrária”<sup>9</sup>.

<sup>8</sup> É relevante destacar que a Comissão Pastoral da Terra – CPT, já realizava o levantamento, a sistematização e a publicação dos números de conflitos e da violência no campo desde 1980. O primeiro boletim da CPT, intitulado Conflitos de Terra no Brasil, foi publicado em setembro de 1981, que cobria os registros de ocorrências entre os anos de 1979 e julho de 1981.

<sup>9</sup> Nota Oficial da Diocese de Bacabal ao Ministro do SNI, General Ivan de Souza Mendes. Bacabal, 04 de julho de 1985.

A nota oficial dos religiosos denunciava a formação de um bloco de cerca de trezentos latifundiários contrários à reforma agrária, que, em assembleia, discutiram as formas de impedir a execução da proposta do governo, além de formarem um fundo financeiro para compra de armas, sob o pretexto de defesa da propriedade privada. Também denunciavam as hostilidades que a ação pastoral da Diocese de Bacabal vinha sofrendo, com ameaças e acusações de incentivo às invasões. A nota termina por responsabilizar as autoridades da “Nova República” “por qualquer ato de violência e terrorismo praticado pelos fazendeiros contra Padres, Agentes Pastorais, Sindicalistas e Posseiros na região”.

Mas é a própria enunciação do discurso de morte, que prefiro denominar “necrodiscurso”, o aspecto revelador dos limites impostos ao processo de transição democrática e à instituição de um Estado de direito no Brasil. A “Nova República” assistiu a uma série de mortes anunciadas, antecipadas por este necrodiscurso aberto, livre e noticioso. No campo, sobretudo, os latifundiários e suas milícias armadas gozaram não só da liberdade de dizer, mas também de matar em nome da propriedade privada. E o fizeram quase sempre com a cumplicidade das polícias militares, da justiça, dos governos estaduais.

No campo, portanto, o necrodiscurso constitui o aspecto desarmônico da “Nova República”, denotando a persistência dos mesmos padrões de tratamento das questões agrárias durante a ditadura militar. A opção pela morte, pela destruição dos corpos inimigos, pela eliminação do outro e de suas formas de sobrevivência, como aspectos de uma sociedade autoritária, excludente e violenta.

Michel Foucault (2018) questionou-se, certa vez, sobre a possibilidade de pensarmos as sociedades a partir do destino que elas “reservam não aos defuntos, mas aos vivos dos quais querem se livrar” (FOUCAULT, 2018, p. 3). E assim, o filósofo introduz o problema da relação entre o poder e àqueles que o negam, o subvertem, que reagem e transgridem as leis constituídas. E o lugar

social dos infratores vai ser definido a partir de práticas de punição e sanções que irão definir o criminoso, o louco, o desviante, o inimigo social.

Gostaria, a partir daqui, de colocar o problema do necrodiscurso do patronato rural brasileiro a partir dessa perspectiva de controle do “inimigo” social inscrito na ordem do poder. É o risco que o sem-terra representa, é o pavor que ele gera, é a insegurança que provoca, que o constitui como ameaça aos latifundiários em particular e à sociedade em sua dimensão coletiva. Cria-se ao mesmo tempo o inimigo e o seu controle por práticas discursivas em nome do corpo social, da ordem, da propriedade privada, em nome da “normalização” democrática, ainda que por vias excludentes e funestas.

Sob essas bandeiras impõe-se o terror aos trabalhadores e seus apoiadores, seja na forma de ameaças públicas, midiáticas e espetaculares, ou na concretização de assassinatos, torturas, mutilações, prisões etc. Terror também direcionado ao esforço reformista do governo, impondo condições, limites, entraves e recuos ao projeto de reforma agrária e de democratização da terra no Brasil.

### **Semear o medo, produzir inimigos**

É verdade, o medo de uma época pode ser analisado a partir dos mecanismos securitários postos em prática, pelo investimento em técnicas de defesa, vigilância, monitoramento; grandes montantes de capital são, sobretudo em nossa época, destinados à produção e aquisição de armamentos sob o argumento da proteção da nação, do povo, da democracia, da soberania. Muros, cercas, barreiras de contenção, controles dos caminhos que conectam as nações constituem, talvez, a nossa crônica contemporânea do medo da invasão, da agressão vinda de fora, pavor do estrangeiro, do imigrante, do outro.

Também o pavor social se manifesta numa crença desmedida na existência de um risco, de uma insegurança, de uma vulnerabilidade e, no limite, de um inimigo sempre à espreita, seja real ou imaginário, seja natural ou técnico, macro ou microscópico, humano ou inumano, distante ou próximo. Seja como for, o medo se constitui sempre a partir de um “objeto determinado,

ao qual se pode fazer frente” (DELUMEAU, 2009, p. 33), pressupõe sempre a presença daquilo que Achille Mbembe (2017) denominou de “objeto enlouquecedor”, que alimenta o “desejo de inimigo”, o “desejo de apartheid” e a “fantasia de extermínio” que caracteriza nossa época (MBEMBE, 2017, p. 73).

O recurso ao medo é certamente uma escaramuça competente quando se trata de definir socialmente o elemento inimigo, o estrangeiro, o contraventor, o rebelde, o marginal, o criminoso. Em jogo está a proteção do lugar social que se ocupa, o poder adquirido, a propriedade, a cultura, os costumes, a identidade. Qualquer possibilidade de mudança nesse patrimônio acumulado, qualquer sinalização de questionamento dessa “ordem” tende sempre a uma mobilização em sua defesa e à destruição da ameaça iminente.

A reação dos setores latifundiários nesse sentido não é, obviamente, nova. O medo e seu uso político contra movimentações reformistas no campo é um dos elementos centrais para a compreensão do golpe cívico-militar que derrubou o presidente João Goulart e implantou a ditadura no Brasil em 1964.

A intensificação das lutas no campo no decorrer das décadas de 50 e 60 do século XX, a emergência dos trabalhadores rurais como novos atores políticos a reivindicarem direitos, a penetração do PCB no campo, a formação de um movimento camponês com pautas definidas, como a reforma agrária, a sindicalização, o acesso aos direitos trabalhistas, além do espraiamento das Ligas Camponesas<sup>10</sup> pelo país e sua proposta de uma reforma agrária radical,

---

<sup>10</sup> A formação das primeiras Ligas Camponesas no Brasil ocorreu no contexto da redemocratização de 1945, sob a articulação do Partido Comunista do Brasil. Criadas em quase todos os estados do país, como associações civis, as Ligas expressavam o interesse do PCB de estender sua atuação para além das áreas urbanas e de arregimentar eleitores. Em 1947, com a cassação do registro do PCB, essa primeira experiência foi desarticulada, abafada e extinta. As Ligas Camponesas serão novamente articuladas a partir da década de 1950, tendo sua primeira diretoria eleita em 1956, por ocasião do I Congresso Camponês de Pernambuco. O ressurgimento das Ligas Camponesas está associado ao processo de resistência dos trabalhadores do engenho Galileia, em Vitória do Santo Antão, Pernambuco, contra o processo de exploração do trabalho e ameaças de expulsão. Com a eleição de José dos Prazeres a presidente das Ligas Camponesas, no I Congresso Camponês de Pernambuco, as Ligas Camponesas começam a realizar diversas mobilizações, marchas, comícios, passeatas, congressos, ampliando suas bases e buscando afirmar-se como movimento social. Em 1959 o movimento consegue arrancar do governo de Pernambuco a desapropriação do Engenho Galileia, tornando-se fator de projeção nacional das Ligas camponesas. Sobre as Ligas

“na lei ou na marra”, todos esses elementos contribuíram para reativar o dispositivo do medo como instrumento político na direção do golpe.

A escalada de ideias democratizantes e as lutas por reformas radicais, somadas à presença de ideologias comunistas no campo, reuniram setores latifundiários em torno da necessidade de um combate contra o “risco” de uma revolução comunista no Brasil, ampliando a “guarda contra o perigo vermelho” (MOTTA, 2002) e retomando imagens do mal que supostamente o comunismo representava. Não à toa a classe dos proprietários rurais seria fundamental na arregimentação dos setores sociais que engrossaram a Marcha da Família com Deus pela Liberdade para pedir a intervenção das forças militares e a derrubada do presidente João Goulart (MARTINS, 1984, p. 28).

Antônio Torres Montenegro (2004) demonstrou como a intensificação das lutas por melhores condições de trabalho no Nordeste, no período anterior ao golpe, foram reinterpretadas tanto pelos proprietários de terra, como pela polícia e por parte da Igreja Católica, como graves ameaças à propriedade, à família e à religião. A fabricação do medo dar-se-ia pela exacerbação da imagem negativa do comunismo, que aparecerá estampada em cartazes públicos como força violadora da ordem, profanadora dos valores e dos símbolos cristãos. O autor também destaca como os incêndios, tão comuns em períodos de estiagem, podendo ocorrer por inúmeras razões não políticas, foram veiculados na imprensa como resultado da ação criminosa dos comunistas e das Ligas Camponesas. “O discurso que criminaliza e politiza os incêndios nos canais relaciona essa atividade como produtora de uma onda de perigo e de medo que ameaça toda a sociedade” (MONTENEGRO, 2004, p. 219).

Temia-se e, sobretudo, fazia-se temer antes do golpe de 64. Até mesmo a pobreza e os pobres do campo, mormente da região Nordeste, alimentaram as advertências em torno do “risco” representado pela agitação das lutas camponesas.

---

Camponesas, ver: MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989; AZEVEDO, Fernando. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

Pablo Francisco de Andrade Porfírio (2008), demonstrou como determinados grupos sociais de Pernambuco, como os latifundiários, elaboraram discursos que viam a pobreza como um fator de vulnerabilidade social que abria brechas para as investidas dos comunistas, ao aproveitarem-se dos homens simples, pobres, famintos e maltrapilhos, para colocarem em prática suas ações contra a “ordem” agrária. Não raro, a imagem de um homem pobre, descalço, despossuído e capturado sob a acusação de incendiário nas plantações de cana, era apresentada socialmente como a representação do elemento perigoso, talvez um colaborador do projeto coletivizante do PCB ou das Ligas Camponesas (PORFÍRIO, 2008, p. 72 e seg.).

Regina Angelo Landim Bruno (2002) já demonstrou como o anúncio do PNRA, em 1985, abriu velhas feridas da questão agrária brasileira e como a reação dos proprietários de terra e empresários rurais reintroduziu o debate sobre o direito “sagrado” da propriedade, o anticomunismo como estratégia de deslegitimação das lutas e a ameaça e o monopólio da violência como força contra as ocupações de terra. A imprensa foi certamente o grande palco de exposição dos protestos das elites rurais contra o governo e contra os trabalhadores e seus apoiadores. Foi aí também que o necrodiscurso circulou de modo mais livre e o “direito de matar” em defesa da propriedade encontrou foros de legitimidade.

As inúmeras organizações patronais criadas com o fito de desestabilizar o governo e derrotar a propostas de reforma agrária, bem como desarticular as organizações de trabalhadores e frear as ocupações de terra, acabaram por criar certa coesão de interesses entre elas, exacerbando a violência na retórica e na prática. Para Regina Bruno (2003),

O que se vê, nas páginas dos jornais, é sua defesa como “único meio eficaz para reter as invasões”, bem como a formação de milícias armadas com o objetivo de fazer “justiça com as próprias mãos”. Para os proprietários e empresários rurais, é impensável um “Pacto de Solidariedade”, sem o compromisso de todos com a violência, a compra de armas e a formação de milícias. Apostava-se no deslanchar de uma verdadeira “guerra no campo”. E a formação de grupos de defesa teria como

objetivos a compra de armas para se “proteger” das “invasões” de terras, e o enfrentamento direto com os “sem-terra” e os seus “aliados”. (BRUNO, 2003, p. 301).

Os jornais davam conta de uma organização patronal atormentada, idealizando riscos iminentes, inimigos potenciais e formas de reação e proteção. A retórica foi tecida com base na existência de uma “guerra no campo”, guerra que jornais e revistas apresentaram como realidade e sob a qual os conflitos por terra foram apresentados à sociedade. Essa é uma questão importante, sobretudo porque ao introduzir a palavra guerra e replicá-la cotidianamente, a imprensa induz à crença de uma situação de emergência que envolve as populações do campo e legítima, ao mesmo tempo, o direito de recorrer às armas, às milícias, aos pistoleiros, como queriam os setores latifundiários.

Não à toa, ao formarem associações de defesa das terras, conclamavam cada um para se tornar “soldado na trincheira da defesa propriedade, a trincheira da legalidade e da justiça”<sup>11</sup>. Não estamos simplesmente diante do uso metafórico da guerra para legitimação da existência e da atuação desses grupos. Em certos casos, como o da União Democrática Ruralista – UDR<sup>12</sup>, as táticas de guerra foram estudadas, organizadas e distribuídas entre seus associados, de modo a formar frentes de combate contra os “invasores” sem-terra.

Chama a atenção, nesse sentido, as Diretrizes Gerais para a Defesa Rural em Cruz Alta, uma espécie de manual de combate às invasões contendo vinte e um itens necessários ao enfrentamento com àqueles a que o documento

---

<sup>11</sup> Fundação da União Democrática Ruralista no estado do Pará, pronunciamento do Dr. Cesmar Moura de Oliveira. 17 de maio de 1986.

<sup>12</sup> A UDR foi fundada em Goiás, em junho de 1985, logo após a divulgação do PNRA. Nasce do encontro de pecuaristas e produtores rurais animados pela necessidade de formar alianças contra o PNRA, tendo como expoentes de liderança Plínio Junqueira Júnior e Ronaldo Caiado. A reação da UDR à orientação reformista do governo ganhou notoriedade pela característica violenta e radical de suas declarações, além das acusações de assassinatos e outros tipos de violência contra trabalhadores rurais e lideranças sindicais ou religiosas, que pesavam sobre ela. (MENDONÇA, 2006) e (BRUNO, 1997), destacam o “estigma da UDR”, marcada pela imagem da violência, da perseguição aos sem-terra e a Igreja Progressista, e da interferência nos destinos do PNRA, inviabilizando a consecução da reforma agrária no Brasil. Ver MENDONÇA, Sonia Regina de. *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964 – 1990*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. BRUNO, Regina Angela Landim. *Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

chama de inimigos. Trata-se de uma sequência de ações táticas, que estabelecem, por exemplo:

7. O inimigo deve saber, ainda que sem detalhes operacionais, os meios que dispomos e a disposição que temos, para defender as nossas propriedades privadas.

11. Ações definitivas devem ser dirigidas contra os líderes e não contra pobres diabos, que na realidade servem apenas de bucha para canhão. É fácil, facilímo, identificar os líderes.

12. contra viaturas (ônibus, caminhões e automóveis) as ações eficientes são bloqueios de estradas, “molotov”s lançadas contra as carrocerias, e tiros de calibre 12 nos pneus e radiadores.

Contra acampamentos, a ação armada deve seguir a seguinte sequência:

- Tiros de inquietação, a 100 metros, diurnos e noturnos;

-Saturação da área, com agrotóxicos dosados à nível vesicante e esternutatório, lançados por espargidores terrestres e aviões agrícolas;

- Ataque direto, para desalojar os invasores<sup>13</sup>.

Uma operação desse tipo, com táticas de guerra estrategicamente elaboradas, com ataques terrenos e aéreos, com o uso de uma variada lista de armamentos, inclusive químicos, só poderia vislumbrar um inimigo potencialmente perigoso. É por meio desse tipo de artimanha que o sem-terra vai ser enquadrado socialmente como uma figura ameaçadora, que precisa ser vigiada, espionada, mantida sob controle; no limite, as figuras mais perigosas, as lideranças, deveriam ser eliminadas.

Há um duplo trabalho pedagógico nesse tipo de diretriz que pressupõe a instrumentalização para o combate às invasões, que envolve o aprendizado do manejo de armas, a organização de ataques estratégicos, o estudo do perfil dos adversários; a outra parte desse trabalho diz respeito à fabricação de crenças na existência do perigo e na periculosidade do “invasor” sem-terra. Essa crença é

<sup>13</sup> Diretrizes Gerais para a Defesa Rural em Cruz Alta. UDR. 23 de julho de 1987.

parte fundamental na arregimentação de parceiros, na formação de grupos, na organização de associações em defesa da propriedade. Crer no inimigo, temor do inimigo. Eis o trabalho de afetação dos setores latifundiários para tentar barrar a reforma agrária e as ocupações de terras.

Trata-se, como ressalta Vladimir Safatle (2019), da produção e gestão do medo como afetação política, mormente em sociedades liberais, fundadas na figura do indivíduo e no direito de proteção de seus bens, sua vida, seu patrimônio material, sua liberdade (SAFATLE, 2019, p.17). Necessidade do medo, gestão do medo, que denuncia o estado atormentado de nossas comunidades sociais, sempre em alerta, sempre vigilantes, vendo fantasmas a todo instante.

O medo como afeto político, por exemplo, tende a construir a imagem da sociedade como corpo tendencialmente paranoico, preso à lógica securitária do que deve se imunizar contra toda violência que coloca em risco o princípio unitário da vida social. Imunidade que precisa da perpetuação funcional de um estado potencial de insegurança absoluta vinda não apenas do risco exterior, mas da violência imanente da relação entre indivíduos. (SAFATLE, 2019, p.20).

Alimentar o sentimento de insegurança, reproduzir o medo era, portanto, parte integrante de uma estratégia antirreformista, em primeiro lugar, mas também de desarticulação das lutas dos trabalhadores rurais. Como Dâmocles atormentado, temeroso, os setores latifundiários reagiram agressivamente ao PNRA, sob a acusação de ser um plano ideológico de coletivização e desestabilização da propriedade privada, abrindo espaço para “comunicação” do país; um plano de acirramento e incitação aos conflitos agrários, ateando fogo aos “tanques de gasolina na forma de tensão social” (Jornal do Brasil, 12 jun. 1985, p. 7).

Era essa a argumentação de Flavio Teles de Menezes, presidente da Sociedade Rural Brasileira – SRB, para quem o assassinato de três trabalhadores sem-terra, por pistoleiros ligados a um fazendeiro no município de Xinguara, no Pará, evidenciava o passo em falso do governo, exacerbando

tensões existentes e criando novos focos de conflitos. As mortes dos sem-terra entravam na conta de Sarney, na conta do PNRA, mesmo sendo identificados os executores e o mandante do crime. Afinal, como pareceu defender o representante da SRB, agiram eles em legítima defesa da sua propriedade, pois, “os bancos têm guardas armados e as residências também. Eu vejo a decisão de alguns proprietários rurais como uma consequência indesejável da situação social. Essa defesa é permitida pelo Código Penal” (Jornal do Brasil, 12 jun. 1985, p. 7).

Se aqui a justiça era convocada para dar legitimidade ao arbítrio, em outros momentos ela foi ignorada por aqueles que acreditavam que somente a justiça com as próprias mãos era eficaz no controle das invasões, porque a justiça “é mais lenta que um cágado”, e “esse problema tem que ser resolvido à bala” (Jornal do Brasil, 12 jun. 1985, p. 7). Já crenças no risco sem-terra, na “ameaça” do PNRA, também os fazendeiros do Maranhão começavam a se armar, prometendo derramar primeiro o sangue de padres alemães da Diocese de Bacabal, a quem acusavam de serem os mentores dos ataques às suas fazendas.

Decorre desse tipo de postura dúbia, oscilante e vacilante, um duplo objetivo dos fazendeiros, dos empresários rurais: convencer a opinião pública e o governo da existência de uma situação de emergência no país e, como consequência, tomar para si o poder de declarar guerra aos “inimigos”, implementar a própria política de controle dos “invasores”, dos corpos e das vidas dos sem-terra, no limite, um poder de morte.

Esse desejo, vemo-lo em acontecimentos verbais, numa economia de palavras dispostas a criar duplamente a emergência e a intervenção pela violência particular. Nessa relação entre palavras e coisas, vislumbra-se o jogo de interesses, a tentativa de imposição de uma visão de mundo, de manutenção dos privilégios, garantia do lugar social (KOSELLECK, 2006, p. 102); vontade de verdade que se exprime primeiro na linguagem, criando a ficção do que pretende se tornar fato.

A imagem corrente que sai da boca dos setores mais retrógrados da agropecuária brasileira e que será replicada, por vezes validada pela imprensa, é a de um país em estado febril, que foge à “normalidade”. “Intranquilidade”, “guerra civil”, “caos agrário”, “terrorismo agrário”, “agitação comunista”, “atropelo agrário”, “colheita de tempestade”, “guerra no campo”. Em profusão, esses termos tentam diagnosticar o resultado da orientação reformista do governo, ação “desastrosa” que colocara o país em risco e tomara os setores latifundiários como inimigos.

Como corolário dessa agitação, os proprietários rurais se apresentam como vítimas autênticas do processo, ameaçados de despossessão, acudados pelas “invasões” sem-terra, desprotegidos, marginalizados da discussão agrária. Apelavam, portanto, às armas, à segurança privada, aos pistoleiros, às milícias. Essa algaravia estava no Congresso Nacional, estava no Senado Federal, estava no governo da “Nova República”.

Caso exemplar, nesse sentido, é o do senador Saldanha Derzi, do PMDB – MS, que em entrevista ao programa Voz do Brasil, saiu em defesa dos fazendeiros, solicitando ao governo armá-los, para protegerem-se e poderem garantir sua produtividade. “A lei deve ser pra todos e, enquanto os pistoleiros e invasores estão modernamente armados, o proprietário rural está indefeso”. “Se o Governo não tem força e não deseja defender os proprietários rurais, nós iremos nos defender” (Jornal do Brasil, 10 jun. 1985, p. 5).

Delimitação do “inimigo” e apologia da declaração do estado de exceção em um mesmo argumento, disposto nas engrenagens do poder político, funcionamento interno da política, marca fundamental de nossa contemporaneidade, constituindo aquilo que Giorgio Agamben (2004) denominou de “estado de exceção permanente”, demarcando o modo de atuação dos Estados contemporâneos, não apenas nos regimes totalitários, mas também nas democracias (AGAMBEN, 2004, p. 13).

Insidiosamente, o discurso de defesa da propriedade é também um discurso de morte, “necrodiscorso”, desnudando relações de poder e formas de atuação política centradas na eliminação da vida indesejada, intransigente,

transgressora; vidas que desafiam o poder e por ele precarizadas. Nessa relação entre política e morte, como bem entende Achille Mbembe (2018),

o poder (e não necessariamente o poder estatal) continuamente se refere e apela à exceção, à emergência e a uma noção ficcional do inimigo. Ele também trabalha para produzir a mesma exceção, emergência e inimigo ficcional. (MBEMBE, 2018, p. 17)

O sem-terra<sup>14</sup> encarnava a nova figura política do inimigo. Sua emergência como ator político organizado, suas bandeiras de luta e sua atuação efetiva nas ocupações<sup>15</sup> de terras pelo país foi sentida pelas elites latifundiárias como ameaça real ao regime de propriedade.

Nesse ponto, vale lembrar as observações de José de Souza Martins sobre a ausência de respaldo moral da luta dos sem-terra naquele contexto. Diferente dos posseiros, socialmente respaldados pelo trabalho precedente nas terras em litígio, o sem-terra aparece na cena pública como contestador do direito de propriedade, pregando a desapropriação das terras improdutivas. “Antes”, diz-nos José de Souza Martins, “o posseiro é que aparecia como injustamente expulso de sua terra. Agora, os fazendeiros é que passaram a ser apresentados como vítimas de invasões e expulsões” (MARTINS, 2017, p. 185).

O sem-terra aparece como corpo estranho à sociedade, estranho porque desprovido de tradição histórica, carente de argumentação moral que legitime sua luta. Ele encarnava, na visão das elites agrárias, o perigo, a ameaça

<sup>14</sup> Conforme José de Souza Martins, a categoria sem-terra começa a emergir socialmente em 1981, por trabalhadores que se autodenominam sem-terra. Nesse momento, observa-se dois grupos distintos de sem-terra: um mais antigo, resultante da construção de barragens por empresas governamentais, que expulsou posseiros de suas terras e os fizeram migrar para locais distantes; o segundo grupo é dos lavradores sem terra própria para trabalhar: os meeiros, parceiros, pequenos arrendatários, filhos de pequenos proprietários. (MARTINS, 1984, p. 98-99).

<sup>15</sup> 1985 foi um “ano de ocupações”, conforme análise da CPT, que viu no avanço das ocupações uma tática do movimento sem-terra para pressionar o governo a atender às aspirações dos trabalhadores rurais no contexto da apresentação do PNRA. Depois, certos de que não havia intenção concreta de realização da reforma, as ocupações se constituem como meio de conquista da terra pela própria ação dos trabalhadores. CPT. *Cadernos de Conflito Brasil no Brasil*. 1985, p. 15. Ao todo, no ano 1985, o MST contabilizava 42 acampamentos, com 11.655 famílias, cerca de 60 mil pessoas, espalhadas por 11 estados de Norte a Sul do país. (Jornal dos Trabalhadores Sem Terra, nº 49. dez. 1985, p. 4).

iminente, a insegurança, a real possibilidade de modificação no regime da propriedade fundiária. A estratégia dos fazendeiros, notadamente das associações criadas em defesa da propriedade, foi exacerbar o sentimento de medo e repulsa contra a figura do sem-terra, desqualificando-o, deslegitimando-o e, sobretudo, enfatizando o “mal” que ele representava.

O *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* – MST, criado oficialmente em 1984, no *Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem Terra*, ocorrido entre 20 e 22 de janeiro de 84, em Cascavel, no Paraná, é o resultado das lutas pela terra desencadeadas a partir do final da década de 1970. Conforme Bernardo Mançano Fernandes (2000), a gestação do MST é um processo que reuniu e articulou as primeiras experiências de ocupações de terra, reuniões e encontros que culminaram no *I Encontro Nacional* (FERNANDES, 2000, p. 50).

As ocupações de terra, principal forma de luta do MST, garantiu o seu espraiamento pelo país e sua penetração no imaginário social brasileiro como maior movimento de trabalhadores rurais. Para Roseli Caldart (2004), a ocupação define, tanto para o sem-terra, quanto para a própria sociedade, a existência social do MST (CALDART, 2004, p. 122), ela é, de certa forma, a pedra angular do movimento, inscrevendo-o no território nacional, concretizando sua presença, determinando a criação do MST em diversos pontos do território brasileiro. O MST é o novo ator social que desafia o monopólio da terra no Brasil. Por isso será o alvo da reação reformista dos anos 80.

Ora, o trabalho de estereotipia negativa em torno da figura do sem-terra e do MST também encontrou na *Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade* – TFP<sup>16</sup>, o seu ponto de apoio e difusão. A

---

<sup>16</sup> A TFP é uma instituição civil, de orientação católica, fundada em 26 de julho de 1960, por Plínio Corrêa de Oliveira. Nasce como um movimento de crítica e combate ao Socialismo e ao Comunismo, firmando-se nos valores ditos positivos da ordem natural, especialmente a *tradição* católica, a *família* como espaço primordial para o desenvolvimento dessa tradição, e a *propriedade* como garantia de desenvolvimento e sustentação material das famílias, garantia da vida e da liberdade. Desde seu nascimento a TFP se ocupou do tema da reforma agrária, posicionando-se completamente contrária a qualquer tipo de modificação no regime de propriedade, entendendo a reforma agrária como um passo no caminho da comunização do país.

TFP foi uma aliada importante no trabalho de detração dos sem-terra, das ocupações e da reforma agrária proposta pelo governo. Sua participação foi central no trabalho de construção imaginária do “risco” sem-terra, na dispersão do medo nas áreas rurais, na pregação antirreformista e no apoio à defesa da propriedade, inclusive legitimando o uso de armas.

Gizele Zanotto (2003), em trabalho sobre o anti agro-reformismo da TFP, destaca que o tema da reforma agrária foi, desde o seu início, central nos trabalhos da associação, o que mais rendeu obras e campanhas. Em geral, a TFP se mostrou contrária a qualquer tipo de reforma agrária, politizando o debate e cercando-o de uma ideologização de viés anticomunista, posto que “todas as medidas de reforma agrária propostas foram consideradas ‘revolucionárias, esquerdistas e malsãs’, ou seja, contrárias à propriedade, ao bem comum e ao país” (ZANOTTO, 2003, p. 114).

Usando meios de divulgação próprios, como a revista *Catolicismo* ou panfletos produzidos pela instituição, além de ocupar as páginas de alguns jornais como a *Folha de São Paulo*, a TFP empreendeu uma ácida campanha contra o PNRA da “Nova República”, reintroduzindo temas como a luta contra o comunismo, a defesa da família e dos valores cristãos e da propriedade como um valor sagrado. Distribuiu panfletos e palestrou na beira de estradas para divulgar o risco daquilo que acreditava ser uma reforma agrária socialista e confiscatória.

Mas, parece-me, é o fenômeno das ocupações e a emergência dos sem-terra<sup>17</sup>, o elemento que mais preocupa a TFP, constituindo-se os alvos primordiais de sua campanha para combater as “hordas invasoras”. Estratégia

---

A TFP cercou o tema da reforma agrária de argumentos religiosos e morais, condenando os seus defensores como pecadores e aliados no processo de destruição da ordem social, moral e cristã. Ver: ZANOTTO, Gizele. *É o caos!!! A luta anti agro-reformista de Plínio Corrêa de Oliveira*. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2003.

<sup>17</sup> Para João Pedro Stedile, do MST, a ocupação é a essência do movimento, sem a qual não haveria MST, na medida em que ela possibilita a aglutinação de pessoas, unifica os interesses em torno da luta pela terra, expõe publicamente o problema da concentração fundiária, apresenta o MST para a sociedade, pressiona o governo a realizar desapropriações. STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular; Editora Fundação Perseu Abramo, 2012, pp. 115 – 123.

importante nesse trabalho foi a representação das ocupações e dos trabalhadores como fatos sociais desconhecidos, estranhos, por vezes de origem duvidosa. Trabalho de suspeição, de dúvida, de desconfiança, que tinha como escopo questionar a legitimidade das lutas e a idoneidade dos seus representantes.

No limite, buscava-se um meio de criminalizar essas lutas, não à toa, na lista de preocupações que o poder público deveria se ocupar, segundo as sugestões da TFP, cabia investigar cada “invasor”, perscrutar sua vida pregressa, anterior à adesão ao movimento de ocupação, inquirir sobre seus laços familiares, origem geográfica, profissão, filiação partidária, orientação religiosa, inclinação filosófica, recursos financeiros, motivações para aderir às “hordas invasoras” etc. O rol de perguntas é longo, à maneira de um inquérito policial, por vezes tendendo à associação entre o elemento invasor e a figura de um criminoso. Daí porque, cabia saber:

5. Estão identificados na polícia?

15. Qual a vida de cada “invasor”, antes de se entregar a sua presente ocupação?

16. Teve passagens por delegacias criminais, ou de ordem política e social?

Foi processado? Condenado? Cumpriu integralmente a pena imposta?

20. Participou de algum movimento de agitação social?

21. Em seu presente perambular, usa ele armas? A quem pertencem? A ele? À coluna invasora?

25. Praticam-se na coluna exercícios de tiro-ao-alvo e outros como caratê, judô ou capoeira?

Há, na coluna, treinamento especial para isto? (OLIVEIRA, 1986, p. 27).

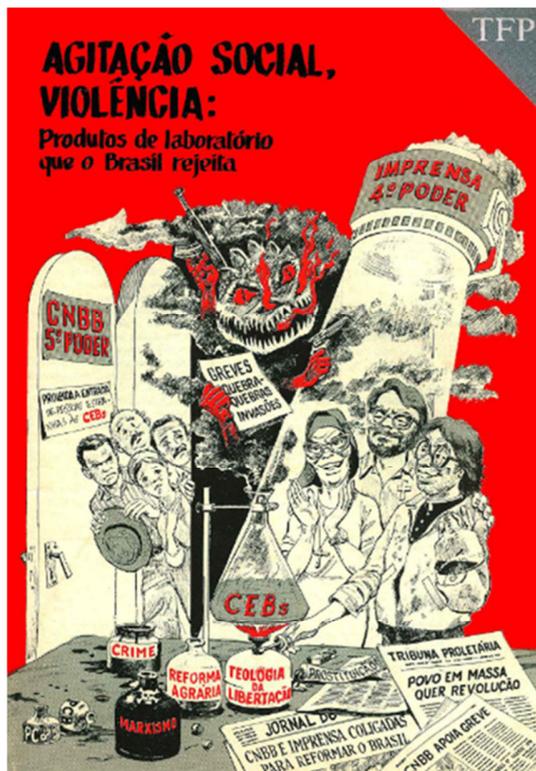
A estratégia é levantar suspeita sobre as ocupações, “essas desconhecidas”, é fomentar um sentimento de cautela, de preocupação, de ansiedade e de medo, medo do desconhecido, temor que se constrói pela introdução de uma indefinição acerca da idoneidade dos “invasores”, suspeição

do caráter, da moral. Outrossim, pelo teor policialesco do inquérito preconizado pela TFP, buscava-se cercar as ocupações de um vocabulário criminal, apelando para a investigação de homens armados, treinados, sob a mira da polícia e da justiça, em suma, a busca pelos criminosos que, se não existiam de fato, passariam a habitar o imaginário social.

Antes, porém, a TFP já havia introduzido os temas da reforma agrária e das ocupações em um universo mais sombrio, assustador, fantasmagórico e até maléfico. Recorreu ao imaginário fantástico dos monstros, dos fantasmas, dos demônios, para justificar a agitação social dos anos 1980, para associar as greves operárias, as lutas em torno de reformas como a agrária, ao projeto “secreto e ardiloso” encabeçado pelo grande monstro incendiário: as CEBS – *Comunidades Eclesiais de Base*. Em 1984, o alerta da TFP para o grande “perigo” que as CEBS representavam veio ao público em forma de história em quadrinho – HQ, apelando para uma linguagem simples, direta, ilustrada e animada, para difundir sua oposição ao trabalho das comunidades. Era a HQ “Agitação social, violência: produtos de laboratório que o Brasil rejeita”.

No laboratório das CEBS, como sugeria a capa da HQ, uma série de elementos se misturam de modo a produzir a agitação social e a violência. Na revista, a CEB é representada pelo monstro agitador, que congrega os movimentos propulsores da agitação, o “ser misterioso, que tantas ameaças acumula sobre o Brasil” (TFP, 1984, p. 21).

**Fig. 1.** Capa da HQ Agitação Social, violência: produtos de laboratório que o Brasil rejeita.



**Fonte:** HQ Agitação Social, violência: produtos de laboratório que o Brasil rejeita.

Sob o pano de fundo vermelho, clara alusão ao Comunismo, porque é este o grande “perigo” em jogo, o verdadeiro objetivo de todo este laboratório, o produto final das experiências aí desenvolvidas, a reforma agrária e as invasões figuram entre as substâncias explosivas, associadas à ideologia marxista e à orientação religiosa da Teologia da Libertação. Essa associação fica mais evidente na história de “Irmã Sabina, uma freira conscientizada”, um dos enredos que compõem a HQ.

Irmã Sabina era um embuste, um disfarce, e o seu objetivo real era convencer adeptos para a “reforma agrária na lei ou na marra”, pregar a doutrina comunista, estimular a crítica contra a propriedade privada, defender a luta armada e insuflar os trabalhadores às invasões de terras.

Nas sequências da HQ, Sabina encarna a figura do disfarce do comunismo, o véu que o encobre; ela é uma personagem mal intencionada, misteriosa, artilosa, escondida sob o manto religioso. Os indícios da maldade de Sabina e de suas ligações com o comunismo são expostos ainda no título do enredo, por um jogo de palavras e desenhos dispostos a criar no leitor uma conclusão<sup>18</sup> em negativo do caráter da freira, e do caráter verdadeiramente sagrado das CEBS, da CPT e da Teologia da Libertação.

Fig. 2. Sequência irmã Sabina, uma freira conscientizada.



Fonte. HQ Agitação Social, violência: produtos de laboratório que o Brasil rejeita, p. 6.

Note-se a artimanha do quadrinho, oculta parte da palavra que completa o sentido do “centro”, deixando em aberto, nas mãos do leitor, na mente do interlocutor, a tarefa de atribuir-lhe significado, o que, de fato, já estava orientado no título pela introdução da foice e do machado, e que se

<sup>18</sup> Nas histórias em quadrinhos, a conclusão, que pressupõe a elaboração de um sentido, de um entendimento e de reconhecimento da mensagem apresentada, é partilhada com o leitor, que participa do enredo atribuindo sentido aos acontecimentos da trama, retirando conclusões das imagens dispostas. Isso ocorre com frequência pela técnica da sarjeta, aquele espaço vazio que divide dois quadrinhos, espaço mágico em que o leitor transforma as imagens visuais e escritas recebidas em uma ideia única, uma conclusão. Sobre isso, ver, MCCLOUD, Scott. *Desvendando os quadrinhos*. São Paulo: MaKron Books, 1995.

completaria no decorrer do enredo, transformando o centro comunitário em centro comunista.

Em outra sequência, como corolário do trabalho de Sabina e da CPT, no campo o comunismo avançava por meio do aliciamento dos trabalhadores, incutindo-lhes ideias contra a propriedade privada e pregando a ocupação como meio para ter acesso à terra. Bandos armados, carregados pela cruz da CPT, avançam pelos propriedades rurais, confundindo a cabeça de pobres inocentes, que desconhecem essa igreja progressista e veem nela a expressão comunista.

Fig. 3. Sequência irmã Sabina, uma freira conscientizada.



Fonte. HQ Agitação Social, violência: produtos de laboratório que o Brasil rejeita, p 7.

O que se vê na “CPT em ação” é um bando de homens armados, com caras sisudas, que sugerem má intenção, raiva, desordem, violência. Uma reunião que o trabalhador desavisado desconhece e estranha, porque se afasta da imagem religiosa da romaria.

A TFP participou, pois, de um trabalho de enquadramento do movimento sem-terra e do tema da reforma agrária pelo viés da desconfiança, da depreciação, da acusação, da desonra, da abjeção. O objetivo é atribuir-lhe um risco, marcar o sem-terra por um sinal que indique ao outro que ali há

sempre a possibilidade de uma maldade, de um crime, de um ataque. Buscava-se afetar, pelo medo, os latifundiários, os meios de comunicação, o governo e toda a sociedade da iminência de uma força, quiçá sobrenatural, encarnada no fenômeno das ocupações e dos trabalhadores sem-terra. Um trabalho de detração das lutas pela democratização da terra e dos seus agentes, a serem demonizados<sup>19</sup>, como também nos ocorre atualmente.

Bandos de trabalhadores armados, previamente orientados por ideologias exóticas, sob o manto da igreja progressista, invadindo terras, assustando pobres e indefesos fazendeiros tornou-se o imaginário recorrente nos anos 80 do século passado, imagem extremamente eficaz no processo de desconstrução da proposta reformista do governo, que por vezes se viu obrigado a recuar e aceitar a leitura que os setores latifundiários fizeram da “caos agrário”.

Porque o medo também foi dirigido ao governo. O fantasma da reforma agrária também assombrava a “Nova República”, afetada pela reação antirreformista, ameaçada pelas declarações violentas de latifundiários, fragilizada pelos desentendimentos entre seus técnicos e a opinião pública.

O peso do passado, a memória dos infortúnios de João Goulart e do golpe vieram à tona por meio de avisos e conselhos ameaçadores: “Vai mais devagar”, dizia Leonel Brizola, governador do Rio de Janeiro, em recado ao presidente, isso porque “ele já viu esse filme antes: a reforma derrubou João Goulart” (Jornal do Brasil, 13 jun. 1985, p. 8). “Essa coisa de reforma agrária é comunismo e vai desembocar, com as greves, em outro 64”, diziam outros<sup>20</sup>. Em editorial abertamente contrário ao projeto de reforma de Sarney, especialmente descontente com a atuação do ministro Nelson Ribeiro, o jornal Correio Braziliense falava em reedição de 64 e advertia:

<sup>19</sup> O trabalho de detração do MST foi analisado, por exemplo, em pesquisa sobre as formas de enquadramento do movimento pela revista Veja, uma análise do discurso que viu na revista formas de agenciamento do MST que compreendem o silenciamento, a cooptação, a difamação, a divisão, a domesticação e a satanização. Ver SOUZA, Eduardo Ferreira de. *Do silêncio à satanização: o discurso de Veja e o MST*. São Paulo: Annablume, 2004.

<sup>20</sup> É uma fala de Cardoso de Almeida, latifundiário e ex-deputado pela Arena de São Paulo. In: *Jornal do Brasil. Que reforma agrária será essa?* 2 jul. 1985. Caderno especial.

Hoje, cabe ao senhor Nelson Ribeiro, sob as bênçãos dos ideais reformistas do Governo da Nova República, despertar conhecidos setores da sociedade brasileira, que se reencontram para evitar o que temem: que o caos tome conta do campo. (...) O presidente José Sarney precisa vestir imediatamente uma roupa de bombeiro. Deve esquecer por alguns dias suas visitas aos Ministérios para despachos e para comer nos bandejões, porque S. Exa. se não tem medo de ameaças deve estar informado que seu Governo já sofre críticas duras e graves de pretensos aliados. (...) Que se liberte enquanto lhe é possível, de auxiliares que comprometem a sua autoridade e, de mãos livres, possa realizar o Governo pelo qual estamos todos esperando. Que o presidente se lembre de 1964m(Correio Braziliense, 13 jun. 1985, p. 2).

A história como conselheira, o passado como coleção de exemplos e a memória como a sentinela a indicar sempre a iminência do risco. O passado assim cercado, manipulado, cooptado, nas mãos das elites agrárias do país, nas vozes da opinião pública igualmente conservadora, na força política reacionária incrustada na redemocratização, serviu de importante aliado no projeto que pretendia derrotar a reforma de Sarney.

Distribuição deliberada do medo, portanto, ancorada na fabricação dos inimigos, na sustentação de um estado de emergência que justifique o recurso às armas e ao uso da força, no apelo ao passado, também transformado em instrumento de afetação a serviço dos setores latifundiários. A charge da revista *Reforma Agrária*, periódico da *Associação Brasileira de Agricultura – ABRA*, no ano de 1985, resume bem a centralidade do medo como estratégia de afetação política contra o PNRA.

**Fig. 4.** Charge: O fantasma da Reforma Agrária<sup>21</sup>.

<sup>21</sup> A charge compõe a sessão “Humor” da Revista *Reforma Agrária*, da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. O traço é do chargista Nilson, o Nilson Azevedo, cartunista de Minas Gerais, que começou sua carreira durante a ditadura militar, inspirado pelo trabalho de Henfil e sua luta contra o regime autoritário. Nilson trabalhou para diversos veículos como o jornal *Estado de Minas*, o *Pasquim*, *Correio da Manhã*, colaborou com a *Folha de São Paulo*. Sobre a trajetória de Nilson, ver: Wallace Oliveira. “Humor é falar a verdade com graça”, afirma criador de *A Caravela*. *Brasil de fato*. Belo Horizonte, nº 171, p. 11. Disponível em: [https://issuu.com/brasildefatomg/docs/edi\\_o\\_171\\_do\\_brasil\\_de\\_fato\\_mg](https://issuu.com/brasildefatomg/docs/edi_o_171_do_brasil_de_fato_mg). Acesso em 09 dez. 2020, 16:05.



**Fonte.** Revista Reforma Agrária. Ano 15, nº 3, Ago./Dez. 1985, p. 87.

Criar e alimentar fantasmas, determinar socialmente os sujeitos que representam risco, instabilidade, desordem, os sujeitos que assombram o corpo social, foi fundamental no escopo que pretendeu transformar o tema da reforma agrária, das ocupações e dos trabalhadores sem-terra em forças que precisavam ser combatidas. Quanto maior o medo, quanto mais crentes na fantasmagoria dos latifundiários, quanto mais interiorizada a ilusão do perigo, maiores também seriam as vitórias destes setores, explicitadas pelos recuos e pela descaracterização da proposta do governo.

### Considerações finais

Mas o pior crime dos sem-terra, o que deve estar atrapalhando os sono de Efe Agá, para não falar das suas viagens ao exterior, é o literalismo. Sua perigosa adesão ao pé da letra, sua subversiva pretensão que a prática siga a teoria. É um crime hediondo, pois coage as pessoas a serem fieis à sua própria retórica, o que no Brasil é antinatural. Como se sabe, todos no Brasil são a favor da reforma agrária. Fala-se em reforma agrária em gerações. Na saída da primeira missa o assunto já era a reforma agrária e ninguém era contra. E vêm esses selvagens destruir todo um passado de boas intenções e melhores frases, querendo que nobre tese vire reles fato e princípio intelectual vire terra e adubo. E ainda pedindo pressa. Polícia neles (VERÍSSIMO, 1997).

Encerro por Luís Fernando Veríssimo, que tão bem conseguiu sintetizar a maneira como têm sido historicamente tratadas, no Brasil, a movimentação e a organização dos trabalhadores do campo na direção dos seus direitos, especialmente o de ter garantido o elemento fundamental de sua sobrevivência: a terra. Sempre que se levantam, que se movimentam, que pressionam e desafiam o poder (do Estado e suas instituições, ou das velhas e novas elites agrárias), encontram diante de si a força do peso do latifúndio, atrasando, proibindo e entervando a luta. Foi assim antes do Golpe de 64, com a repressão às Ligas Camponesas, com a perseguição das lideranças, com a desarticulação dos sindicatos, com o engavetamento da reforma agrária.

Outrossim, a promessa de reforma agrária da “Nova República”, consubstanciada na proposta de elaboração do PNRA, firmando compromissos de desapropriação por interesse social e de integração dos trabalhadores rurais ao processo reformista, viu emergir antigos e novos atores sociais, antigas e novas formas de atuação para desqualificar o PNRA, ameaçar o governo de José Sarney e atacar os trabalhadores rurais, frear sua organização e criminalizar suas lutas. Nesse processo, o medo e o terror foram mobilizados deliberadamente, como afeto político capaz de agregar os interesses dos latifundiários e empresários rurais, convictos da existência do perigo real da perda de suas posses.

Crentes na iminência do risco, afetados pela construção imaginária do inimigo comum, o “sem-terra”, os setores da elite agrária dispuseram-se a criar, alimentar, propagar esse medo, na forma de necrodiscurso, pautado pela argumentação de que, se necessário, é preciso matar para garantir intocada a propriedade privada. Terror que também se manifestou no uso indiscriminado das armas de fogo, das milícias armadas, dos pistoleiros, ou ainda na perseguição, na tortura, na destruição de casas e no assassinato de trabalhadores rurais e lideranças sindicais ou religiosas.

Vimos que a chamada grande imprensa cumpriu um papel fundamental no processo de espetacularização do necrodiscurso e da criação fictícia da existência de uma guerra no campo, fundamental para os interesses

antirreformistas dos latifundiários, e determinante no papel de detração do governo, da reforma agrária e dos trabalhadores rurais. O jornal e a revista como palco onde se fabrica e se propaga o fantasma da reforma agrária, arena em que se viu o anúncio animador do PNRA se tornar “colheita de tempestade” (VEJA, nº876, 1985, p. 20).

Em 10 de outubro de 1985, passado o prazo de discussão da proposta do PNRA, o presidente da República, José Sarney, anunciou, depois de doze alterações, o texto final do plano. O discurso presidencial definiu o plano como “um instrumento de justiça social” e estabeleceu os dez mandamentos para orientar a sua aplicação. O primeiro e mais importante dos mandamentos trazia um recado especial para os setores latifundiários: “Quem produz nada tem a temer. A reforma agrária não violentará de maneira nenhuma a propriedade” (Jornal do Brasil, 12 out. 1985, p. 8).

O que se apresentava ali não era mais, segundo José Graziano da Silva, o PNRA, mas uma mera “carta de más intenções”, posto que completamente descaracterizado: não delimitou áreas regionais prioritárias, abriu mão da desapropriação por interesse social, priorizando a negociação e o entendimento como primeiros instrumentos a serem tomados, transformando a reforma agrária num “ato voluntário dos proprietários” (SILVA, 1985 B, p. 15).

Recuava o governo, tendo de encontrar meias palavras para não demonstrar que a grita dos latifundiários, a pressão necrodiscursiva e o avanço da violência no campo acabaram por macular o PNRA. Mas entre os trabalhadores rurais aumentava a compreensão de que, se o governo não faz a reforma agrária, “só resta fazer a Reforma Agrária com as próprias mãos” (Jornal dos Trabalhadores Sem Terra, Out./Nov. 1985, p. 10).

.

### Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AZEVEDO, Fernando. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

BRUNO, Angela Landim Bruno. Nova República: a violência patronal rural como prática de classe. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, nº 10, p. 284 – 310, jul./dez. 2003.

BRUNO, Regina Angela Landim Bruno. **O ovo da serpente**: monopólio da terra e violência na Nova república. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2002.

BRUNO, Regina Angela Landim. **Senhores da terra, senhores da guerra**: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

CALDART, Saete Roseli. **Pedagogia do movimento sem-terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente – 1300 – 1800**: uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A sociedade punitiva**: curso no Collège de France (1972 – 1973). São Paulo: Martins Fontes, 2018.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARTINS, José de Souza. **A política do Brasil**: lumpen e místico. São Paulo: Contexto, 2017.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**: ensaios de Sociologia da história lenta. São Paulo: Editora HUCITEC, 1994.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MCCLLOUD, Scott. **Desvendando os quadrinhos**. São Paulo: MaKron Books, 1995.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964 – 1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MIRAD. **Conflitos de terra: levantamento dos conflitos de terra em que se registram mortes, ocorridas no país em 1985**. Brasília, DF, 03 de fevereiro de 1986.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **Labirintos do medo: o comunismo (1950 – 1964)**. *Clio*, Recife, v. 22, n. 1, p. 215 – 235, jan./dez. 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)**. Tese. (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. **No Brasil a reforma agrária leva a miséria ao campo e à cidade**. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1986.

PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. **Pernambuco em Perigo: pobreza, revolução e comunismo (1959 – 1964)**. Dissertação. (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e fim do indivíduo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SILVA, José Graziano da. O “Pnarex”, aquele que parece o PNRA, mas não é. **Revista Reforma Agrária**, ano 15, nº 3, p. 13 – 63, Ago./Dez. 1985B.

SILVA, José Graziano da. **Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985 A.

SOUZA, Eduardo Ferreira de. **Do silêncio à satanização: o discurso de Veja e o MST**. São Paulo: Annablume, 2004.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular; Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

TFP. **Agitação social, violência:** produtos de laboratório que o Brasil rejeita. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1984. Disponível em [https://www.pliniocorreadeoliveira.info/CEBs\\_quadrinhos\\_1984.htm#.X8qIsLNv\\_IU](https://www.pliniocorreadeoliveira.info/CEBs_quadrinhos_1984.htm#.X8qIsLNv_IU). Acesso em 04 de dezembro de 2020, às 16:00 hs.

UDR. **Diretrizes Gerais para a Defesa Rural em Cruz Alta.** UDR. 23 de julho de 1987.

VERÍSSIMO, Luís Fernando. O pior crime. **Jornal do Brasil**, 13 mar. 1997, p. 11.

ZANOTTO, Gizele. **É o caos!!!** A luta anti agro-reformista de Plínio Corrêa de Oliveira. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2003.

**Recebido em:** 07 de junho de 2020

**Aceito em:** 14 de julho de 2021